

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO.

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO N° 90010/2025

UASG 927761

BONFIM E ARRUDA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, legalmente inscrita no CNPJ sob o nº 10.745.072/0001/11, com sede na rua capricórnio, nº 125, Jardim do Sol, Londrina / PR., CEP 86.070-230, através do sócio que ao final subscreve, vem a eminente presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/02, do Edital nº 58/2023, apresentar, tempestivamente.

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto por MEDICAL VENETUS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, o que faz pelas razões que passa a expor.

#### **I – A EMPRESA QUESTIONA OS SEGINTES ITENS:**

Em relação ao SICAF, o Edital deixa claro:

**“10.9- A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.”**  
[nosso grifo];

**“10.11.1- Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.”** [nosso grifo];

O Edital ainda aponta as vedações de apresentação de novos documentos e atos da Comissão de Contatação:

**“10.13- Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):**

10.13.1- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;  
e

10.13.2- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas. [nosso grifo];

“10.14- Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação. ” [nosso grifo].

“10.15- Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.12.1.” [nosso grifo].

## **II CONTRA-RAZÃO**

**Não é necessário se alongar sobre a resposta a esse questionamento, TODOS os documentos questionados estão anexados no Sicaf e como a empresa Medical mesmo alega “ “10.9- A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos. ” [Nosso grifo];**

Quanto a proposta realmente houve erro de digitação e foi de imediato preparado a proposta com o valor correto conforme é permitido conforme:

A vedação à inclusão de novo documento, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser avaliado pelo pregoeiro (Acórdão 1211/2021 - Plenário TCU).

Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação

Além desse argumento ainda **reza o edital** que todos os documentos contemplados **no Sicaf** não é necessário a apresentação.

## **DA SOLICITAÇÃO:**

1. Dado o julgamento exato que foi deferido por essa nobre Pregoeiro, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que essa Administração considere como indeferido o recurso da MEDICAL VENETUS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP.
2. Não obstante, requer-se, também, que seja indeferido o pleito da recorrente no que tange à desclassificação da RECORRIDA, tendo em vista que tal pedido não encontra qualquer respaldo legal ou apoio do diploma editalício.
3. E é na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo esta contrarrazão, a qual certamente será deferida, evitando assim, maiores transtornos.

Nestes Termos, Pedimos  
Bom Senso, Legalidade  
e Deferimento.

Junior Cesar Bonfim de Arruda

Londrina, 21 de Fevereiro de 2025.